

ÍNDICE GERAL

ANO 13

DOCTRINA

	Págs.
<i>Justiça, Ministério Público, criminalidade económica</i> José Souto de Moura	7
<i>O mandado de detenção europeu — Na via da construção de um sistema penal europeu: um passo ou um salto?</i> Anabela Miranda Rodrigues	27
<i>A dignidade criminal de uma indignidade social — “salários em atraso”</i> António Bernardo Colaço	65
<i>Crime transnacional</i> João Luís Moraes Rocha	79
<i>Tolerância, Constituição e Direito Penal</i> Luís Nunes de Almeida	159
<i>A Eurojust e a emergência de um sistema de justiça penal europeu</i> José Luís Lopes da Mota	177
<i>Critérios de imputação jurídico-penal de entes colectivos (Elementos para uma dogmática alternativa da responsabilidade penal de entes colectivos)</i> Jorge dos Reis Bravo	207
<i>«What if everybody dit it?»: sobre a «(in)capacidade de ressonância» do Direito Penal à figura da acumulação</i> Augusto Silva Dias	303
<i>O passado, o presente e o futuro do internamento de inimputável em razão de anomalia psíquica</i> Maria João Antunes	347
<i>A prisão preventiva e as restantes medidas de coacção</i> Frederico Isasca	365

	Págs.
<i>Julgamento sem romance: processo penal, literatura jurídica e teoria dos jogos (uma análise económica)</i>	387
João Ramos de Sousa	
<i>Ciência Penal Pós-Finalismo: uma visão funcional de direito penal</i>	463
Ricardo Breier	
<i>A propósito do novo artigo 227.º-A do Código Penal Português — “a frustração de créditos”</i>	489
Luís Filipe Caldas	
<i>Ser terrorista: estrutura social e saúde mental</i>	553
José Martins Barra da Costa	
JURISPRUDÊNCIA CRÍTICA	
<i>Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (primeira secção)</i>	
<i>Decisão sobre a admissibilidade</i>	107
António Henriques Gaspar	
<i>O saneamento no processo abreviado: conteúdo e limites</i>	
<i>Acórdão da Relação de Lisboa de 28 de Setembro de 2000</i>	123
Gonçalo Veiga de Macedo e Pedro Alfaro Velez	
<i>Tribunal Europeu dos Direitos do Homem</i>	
<i>Direito penal e processo penal</i>	253
António Henriques Gaspar	
<i>Proibição de conduzir veículos motorizados e termo inicial da execução da pena</i>	
<i>Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 8 de Julho de 2002</i>	271
Pedro Soares de Albergaria e Pedro Mendes Lima	
<i>Tempestividade e admissibilidade de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça</i>	
<i>Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 6 de Fevereiro de 2003</i>	419
Manuel da Costa Andrade, Maria João Antunes e Susana Aires de Sousa	
<i>O princípio in dubio pro reo</i>	
<i>Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 11 de Fevereiro de 1999</i>	433
Patrícia Teixeira Lopes	
<i>Cúmulo por arrastamento</i>	
<i>Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 7 de Fevereiro de 2002</i>	583
Vera Lúcia Raposo	

	Págs.
<i>O direito de Intervenção Junto de Menores Infractores como: Direito do Facto? Direito do Autor? ou Direito do Autor e do Facto? Direito Penal ou Direito não Penal?</i>	
<i>Acórdão da 1.ª Instância, Tribunal de Menores de Coimbra, de 6 de Fevereiro de 1989</i>	601
Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Melo Bandeira	
CRÓNICA LEGISLATIVA	
<i>Legislação respeitante ao 4.º trimestre de 2002</i>	147
João Manuel da Silva Miguel	
<i>Legislação respeitante ao 1.º trimestre de 2003</i>	291
João Manuel da Silva Miguel	
<i>Legislação respeitante ao 2.º trimestre de 2003</i>	449
João Manuel da Silva Miguel	
<i>Legislação respeitante ao 3.º trimestre de 2003</i>	645
João Manuel da Silva Miguel	